



TECITURAS SOBRE A HISTÓRIA DA HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA NO BRASIL

WEAVINGS ON THE HISTORY OF MALE HOMOSEXUALITY IN BRAZIL

Luciano Imar Palheta Trindade

Brasil - Paraná - Curitiba - Universidade Federal do Paraná

Joanneliese de Lucas Freitas

Brasil - Paraná - Curitiba - Universidade Federal do Paraná

Recebido em: 02/02/21

Aceito em: 13/03/26

RESUMO

Este artigo discute os relacionamentos amorosos entre homens homossexuais no Brasil, a partir de uma análise histórica e cultural sobre os modos de amar e se relacionar. Para isso, realizamos uma revisão narrativa assistemática da literatura. Retomamos o debate sobre a construção da homossexualidade enquanto pecado, crime e doença, evidenciando os impactos do projeto colonial nas experiências afetivo-sexuais entre homens. Os resultados apontam que tais relações, frequentemente, reproduzem padrões heteronormativos, misóginos e eurocentrados, o que contribui para a desvalorização de expressões de feminilidade, como a figura da "bicha". Concluimos que, embora os estudos sobre a homossexualidade tenham avançado, ainda há lacunas significativas na abordagem da dimensão afetiva desses sujeitos, especialmente no que se refere à descolonização dos afetos e à valorização de experiências não normativas.

Palavras-chave: Homossexualidade; Relacionamentos amorosos; Amor.

ABSTRACT

This article discusses romantic relationships between homosexual men in Brazil, through a historical and cultural analysis of how love and intimacy have been experienced and

understood. To this end, we conducted an unsystematic narrative literature review. The study revisits the construction of homosexuality as sin, crime, and disease, highlighting the influence of the colonial project on the affective-sexual experiences of men. The findings suggest that these relationships often reproduce heteronormative, misogynistic, and Eurocentric patterns, which contribute to the devaluation of feminine expressions, such as the figure of the "bicha". We conclude that, although research on homosexuality has advanced, there are still significant gaps in addressing the affective dimension of this population, especially regarding the decolonization of affections and the recognition of non-normative experiences.

Keywords: Homosexuality; Romantic relationships; Love.

RESUMEN

Este artículo discute las relaciones amorosas entre hombres homosexuales en Brasil, a partir de un análisis histórico y cultural sobre las formas de amar y relacionarse. Para ello, realizamos una revisión narrativa asistemática de la literatura. Retomamos el debate sobre la construcción de la homosexualidad como pecado, crimen y enfermedad, evidenciando los impactos del proyecto colonial en las experiencias afectivo-sexuales entre hombres. Los resultados indican que tales relaciones, con frecuencia, reproducen patrones heteronormativos, misóginos y eurocentrados, lo que contribuye a la desvalorización de expresiones de feminidad, como la figura de la "loca". Concluimos que, aunque los estudios sobre la homosexualidad han avanzado, aún existen lagunas significativas en el abordaje de la dimensión afectiva de estos sujetos, especialmente en lo que se refiere a la descolonización de los afectos y a la valorización de experiencias no normativas.

Palabras-clave: Homosexualidad; Relaciones amorosas; Amor.

INTRODUÇÃO

Em sentido amplo, este artigo trata dos relacionamentos amorosos entre homens homossexuais ao longo da história do Brasil, desde o período da colonização até meados do século XX, com foco nas relações afetivas e sexuais e nos modos de se relacionar. Ao longo do tempo, foram vários os termos utilizados para se referir e designar a homossexualidade:

sodomia, homossexualismo, invertido, entendido, bicha, gay, homoerotismo, entre outros. Essas denominações possuem relação com o período histórico e com a organização social. Isto posto, neste artigo, assumimos o termo homossexualidade para designar os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, mais especificamente entre homens. Tal escolha não visa homogeneizar as formas de nomeação dessas experiências, mas indicar que a própria nomenclatura utilizada ao longo da história tem impactado a forma como se identifica a homossexualidade nos períodos históricos.

Apesar de haver um corpo significativo de estudos sobre a homossexualidade no Brasil, observa-se uma lacuna na análise específica dos relacionamentos amorosos entre homens homossexuais sob a perspectiva dos condicionamentos históricos impostos pelo processo de colonização. A maior parte das abordagens privilegia aspectos clínicos, comportamentais ou jurídicos, deixando em segundo plano a investigação de como os discursos religiosos, jurídicos e científicos — herdados de uma cultura colonial — moldaram os modos de amar, desejar e se relacionar entre homens. Este artigo origina-se de uma pesquisa de mestrado que teve como objetivo compreender a vivência do amor descrita por um homem homossexual negro. Na pesquisa originária, a partir dos relatos coletados, buscou-se discutir as experiências amorosas e os sentidos atribuídos ao afeto, considerando os atravessamentos de raça, gênero e sexualidade. Diante disso, este artigo se orienta pela seguinte problemática: de que maneira o projeto colonial, por meio da imposição de normas de gênero, sexualidade e afetividade, influenciou — e ainda influencia — as formas de amar, desejar e se relacionar entre homens homossexuais no Brasil? Ao trazer essa questão, buscamos ultrapassar abordagens que restringem a homossexualidade ao campo da prática sexual ou da identidade comportamental, voltando o olhar para os afetos como território também colonizado.

A proposta aqui apresentada se insere no campo interdisciplinar da história da sexualidade, dos estudos decoloniais e dos estudos de gênero, e busca compreender como o projeto colonizador — apoiado por instituições como a Igreja, o Estado e, mais tarde, a medicina — estruturou e normatizou as experiências afetivo-sexuais entre homens, estabelecendo hierarquias de gênero, criminalização e patologização.

Ao retomarmos o contexto histórico da homossexualidade e as configurações dos relacionamentos nos períodos abordados, notamos a complexidade que foi o assumir-se homossexual nessa trajetória, as condenações, sanções e preconceito sofridos. Já ao retornarmos para a conjuntura atual, vemos com muito mais nitidez, seja nas ruas ou em

representações na mídia e redes sociais, a formação de casais entre pessoas dos mais variados gêneros e orientações sexuais, bem como a demonstração do seu afeto no dia a dia pelas ruas e nas manifestações em prol dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (LGBT), por exemplo. Entretanto, ainda estamos longe de alcançar a equidade de direitos para essa população. Prova disso, são os dados de 2023 que indicam o Brasil como um dos países que mais mata homossexuais em todo o mundo¹. Em se tratando de violência, estima-se, conforme dados coletados pelo Disque 100, que em 2016 foram registradas 318 denúncias que relataram violência contra pessoas identificadas como *gays* (em sua maioria homens). Essas denúncias apontaram para mais de 600 tipos de violações ao grupo, sendo 42,7% de violência psicológica e 14,6% de violência física (SILVA, 2024). Além disso, em 2023, o Disque 100 registrou um aumento de 303% de denúncias de violência contra pessoas LGBT em relação ao mesmo período do ano anterior (BRASIL, 2023a).

A intensificação da violência contra pessoas homossexuais no Brasil tornou-se particularmente evidente durante o período eleitoral de 2018. A eleição de um candidato de extrema direita, cuja trajetória política foi marcada por declarações homofóbicas e posicionamentos autoritários, gerou um clima de insegurança entre casais homoafetivos. Diante do temor de retrocessos nos direitos civis, especialmente quanto à legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, muitos recorreram à formalização de suas uniões de forma antecipada, por meio de casamentos coletivos², como medida de proteção jurídica frente a possíveis mudanças legislativas e institucionais.

Peret (2018), a partir das Estatísticas de Registro Civil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que o número de casamentos entre pessoas homossexuais cresceu significativamente nos últimos anos. Somente entre 2013 e 2016, 19,5 mil casamentos foram registrados. Além disso, até o censo de 2010, mais de 60 mil brasileiros residiam em parceria homossexual (IBGE, 2010). Já em 2021 foi identificado um aumento de 148,7% no número de casamentos entre pessoas do mesmo sexo (BRASIL, 2023b). Dados como esse são motivadores para discutirmos os relacionamentos homossexuais masculinos, diante do aumento da visibilidade desses casais.

Considerando o percurso histórico e as particularidades atribuídas à homossexualidade no contexto brasileiro, este artigo organiza-se em três momentos. No primeiro, abordamos como

¹ <https://www.cut.org.br/noticias/brasil-lidera-ranking-de-paises-que-mais-matam-lgbtqia-maioria-e-de-pessoas-tra-6f58>

² https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/14/politica/1542216213_918450.html

foi construída a relação entre homossexualidade e pecado-crime-doença, perpassando pela inserção da Igreja e do Estado na vida pública e privada. Embora nesse primeiro momento estejamos apontando para concepções construídas fora do contexto brasileiro, até mesmo anteriores ao reconhecimento dessa territorialidade como país, escolhemos esse percurso pela sua herança e impacto em nossa cultura e modos de compreender a homossexualidade. No segundo momento, discutimos as perspectivas sobre homossexualidade masculina ao longo da história do Brasil. E, por fim, no terceiro momento, a partir do resgate das características dos relacionamentos homossexuais realizado no segundo momento, discutimos a influência do modelo heterossexual e heteronormativo nesses relacionamentos.

Seguindo nesse horizonte, nesse trabalho realizou-se uma revisão narrativa de literatura, assistemática, a qual englobou artigos de periódicos científicos e livros. Para Rother (2007), a revisão narrativa é mais ampla se comparada à sistemática, sendo também apropriada para a discussão do estado da arte. A revisão narrativa, no trabalho em tela, nos permitiu mapear os silenciamentos historiográficos sobre os afetos homossexuais, articulando perspectivas que revelam as relações entre saberes coloniais, gênero e sexualidade.

O tratamento dos dados neste método é voltado para a “interpretação e análise crítica pessoal do autor” (ROTHER, 2007, p. 5). O mapeamento da literatura foi realizado de modo exploratório no período de agosto a outubro de 2019, sem demarcação de data específica, em periódicos como SciELO, Google Acadêmico, Periódicos CAPES, biblioteca da instituição de vínculo dos autores e nas referências dos próprios textos encontrados. Algumas palavras-chave como “homossexualidade”, “amor” e “relacionamentos amorosos” foram utilizadas nas buscas. Selecionamos textos em português, disponibilizados gratuitamente, cujo conteúdo abordado fizesse referência aos relacionamentos afetivos, amorosos e sexuais entre homens no contexto brasileiro. Para fortalecer a fundamentação teórica deste artigo, a revisão foi posteriormente ampliada com a inclusão de referências atualizadas, coletadas entre janeiro e março de 2025.

Para a construção desta revisão narrativa assistemática, realizou-se uma leitura exploratória da literatura, priorizando obras e autores de reconhecida relevância no campo da história da homossexualidade no Brasil. Entre os selecionados, destaca-se James Green, historiador e ativista dos direitos LGBT, com a obra *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*, considerada pioneira por confrontar estereótipos associados aos comportamentos homossexuais durante o carnaval. Também foi incluído João

Silvério Trevisan, escritor e ativista LGBT, com o livro *Devassos no paraíso*, um dos estudos mais abrangentes sobre a homoafetividade no contexto brasileiro. Luiz Mott, historiador e um dos principais nomes do ativismo LGBT no país, foi referenciado por meio de diversas obras utilizadas ao longo do trabalho. Por fim, a historiadora Mary Del Priore contribui com a obra *História do amor no Brasil*, que resgata aspectos dos relacionamentos afetivos ao longo da história nacional. O principal critério para a seleção desses autores foi a frequência com que suas obras são citadas em artigos científicos e livros acadêmicos, evidenciando sua influência e relevância no campo de estudo.

Breve histórico da homossexualidade: do pecado e crime à doença

Em um amplo olhar histórico, é muito contrastante o quanto questões relativas à sexualidade, e mais especificamente à homossexualidade, se alteram. A Grécia antiga é geralmente resgatada nas discussões sobre a sexualidade, visto que, naquele período havia uma compreensão pedagógica das práticas homossexuais (CORINO, 2006; FOUCAULT, 2014). Essas eram respeitadas e aceitas socialmente, denominadas pederastia.

Na Roma antiga, a homossexualidade teve sua posição social alterada ao longo da vigência do império. No início do período imperial, as relações entre homens eram aceitas de forma similar àquela mantida na Grécia, porém, não precisamente no ritual de pederastia. Enquanto na Grécia havia a formação do cidadão e de seu caráter (CANDIDO, 2014), em Roma formava-se o militar. Já no final do período imperial – e posteriormente também sob o viés religioso a partir da ascensão da Igreja Católica – a homossexualidade foi condenada, podendo ser levada à fogueira aquela pessoa que cometesse atos homossexuais (MOREIRA FILHO; MADRID, 2008). Essa mudança marca um dos primeiros momentos de ingerência religiosa sobre a vida privada e sexual das pessoas.

Os contextos referenciados são descritos pela literatura científica (ESTEVES; AZEVEDO; FROHWEIN, 2016) quando se fala da homossexualidade e das relações socioculturais na Antiguidade, e servem como sinalizadores dos processos de construção social que se constituiu sobre o ser homossexual e no quanto essas construções foram modificadas ao longo da história. As relações homossexuais nos períodos da Grécia e Roma antigas são discutidas e circunscritas na prática da pederastia, formação do cidadão e formação do militar e na posterior proibição de práticas sexuais no geral, independente do gênero. Mesmo que não seja comum o aprofundamento em como se davam os

relacionamentos homossexuais fora do contexto da pederastia e da formação militar, é possível constatar que eles não eram permitidos, mas possivelmente existiam (CANDIDO, 2014), uma vez que o amor entre homens era praticável apenas com prazo de validade, até que o jovem atingisse a média de idade de 18 anos (CORINO, 2006). Dessa forma, o indício é que mesmo que se reconhecesse algum tipo de relação homossexual nesse período, quando se adentrava no âmbito da afetividade e da manutenção de relações homossexuais fora dos rituais pedagógicos e de formação do militar, estes – relacionamentos e afetividade – eram vetados.

Partindo de interesses da Igreja e do Estado, é na Europa medieval que se sacraliza a sexualidade humana e se define o relacionamento heterossexual como sendo o ideal, tomando como um de seus principais fundamentos o caráter de reprodução decorrente da união entre homem e mulher (TONIETTE, 2006). Tal rigor sobre a sexualidade emergiu em contextos sociais específicos, sob o discurso do controle da vida social e política. Tanto Igreja quanto Estado precisaram exercer uma relação de saber-poder sobre a população a fim de alcançar seus interesses, tais como o controle populacional, a organização familiar, a gestão econômica, dentre outros. E para que seus interesses fossem alcançados, enxergaram na sexualidade e no controle dos corpos o meio para tal fim. A confissão se apresentou como um grande recurso controlador das práticas sexuais, sendo um dispositivo da manutenção do poder sobre a população (FOUCAULT, 2014). Segundo Foucault, “[...] desde a penitência cristã até os nossos dias o sexo tem sido a matéria privilegiada de confissão” (FOUCAULT, 2014, p. 68), de modo que a confissão regeu os discursos sobre o sexo.

As relações homossexuais foram diretamente ligadas à prática da sodomia, principalmente a partir do século XVI (VAINFAS, 2011). A homossexualidade, por sua vez, foi considerada pecado até meados do século XIX, e posteriormente, crime perante o Estado, se configurando como um pecado-crime (TREVISAN, 2018). Tal caracterização se deu predominantemente pela naturalização do sexo conjugal para a reprodução, punindo não só a sodomia, mas também as demais práticas que desviassem do ato procriador, considerando-os como pecado diante da igreja e do Estado (PRETES; VIANNA, 2008).

Os dados mais fortes sobre a condenação da homossexualidade são aqueles que remetem à Igreja e ao Estado o controle sobre os relacionamentos e a sexualidade da população em prol de seus interesses. Por parte da igreja, a homossexualidade foi condenada juntamente com as demais práticas sexuais que não tivessem como finalidade a reprodução (MOREIRA FILHO;

MADRID, 2008). Para Mott (2001), a tradição judaico-cristã, representada pelo poderio da Igreja, que inclui as práticas de confissão, formação familiar e conjugalidade monogâmica, é a raiz da intolerância que vigora até hoje. Todavia, apesar de não ter sido o cristianismo que introduziu o moralismo da monogamia, a função procriadora do sexo e a desqualificação do prazer sexual – o que já havia sido posto pelo estoicismo séculos antes, sendo retomado por meio das relações de saber-poder nos séculos XIX e XX –, este saber religioso foi o principal disseminador dos pilares estoicos, também corroborados pelo conhecimento científico a partir do século XIX (FOUCAULT, 2014; PRETES; VIANNA, 2008; RODRIGUES, 2018). Foucault (2014) contextualiza que a regulamentação do sexo sempre foi cara à religião, às elites e ao Estado. Especialmente a partir do século XIX, a elite burguesa tomou para si o papel das produções de verdade sobre a sexualidade, o que o autor chamou de *scientia sexualis* e que está atrelada à relação de saber-poder que incidiu sobre a vivência da sexualidade.

Com a tomada do conhecimento acerca da homossexualidade por parte do conhecimento científico, não só a religiosidade cristã foi responsável pela investigação das práticas sexuais, mas passou-se a construir um saber sobre aquele que antes pecador, se tornaria também um degenerado. De acordo com Pretes e Vianna (2008), é a partir da *scientia sexualis* que o Ocidente impôs a heteronormatividade como padrão de relação social, pautando-se na produção de “verdades” sobre a sexualidade e na reprodução sexual como sua justificativa. Construiu-se sobre o sexo um aparelho de produção de verdades que buscava responder, em primeira instância, à moralidade e à ideia de não-naturalidade das relações homossexuais (FOUCAULT, 2014).

Quando o saber médico-científico requereu e se apropriou da questão da homossexualidade, ela passou a ser considerada uma doença. Ora, se anteriormente havia sido tipificada como crime e pecado, os quais demandavam punição, com o saber médico se apropriando desse campo, o homossexual foi submetido a procedimentos de cura e de correção (FRY; MACRAE, 1986). É a demarcação do que posteriormente se denominaria de patologização da homossexualidade. Esses processos — de criminalização, moralização e, posteriormente, patologização — não são desconexos, mas fazem parte de um mesmo eixo: o projeto colonial de controle dos corpos. A imposição de uma moral sexual eurocêntrica, marcada pela lógica cristã de pecado e pelo ideal de reprodução heterossexual, foi transplantada para o Brasil colônia como forma de disciplinar os corpos e instituir um regime

de verdade sobre o que é ou não uma sexualidade legítima. A homossexualidade, nesse sentido, foi sistematicamente excluída do horizonte da naturalidade e do afeto, sendo lida como ameaça ao ideal civilizatório cristão e à estrutura familiar patriarcal. A ideia de que o modelo heterossexual e monogâmico representava um ideal de modernidade diante de povos ditos primitivos foi tão profunda que as expressões de gênero e sexualidade dos povos originários, consideradas dissidentes pelo ocidente, foram violentamente reprimidas pelos colonizadores (SILVA, 2024).

A patologização da homossexualidade também foi reforçada no período do higienismo, no século XIX, quando o Estado se inseriu nos lares a fim de regular as práticas familiares em prol da saúde das famílias, diante de um alto índice de mortalidade infantil e de péssimas condições sanitárias. Com o higienismo, se reforçaram os papéis femininos e masculinos entre as crianças, e tudo que se desviasse dos padrões de feminilidade e de masculinidade estaria fora do considerado normal (TONIETTE, 2006; TREVISAN, 2018). Apesar de já constar, no ano de 1952, na primeira versão do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM) como doença mental, a homossexualidade foi patologizada para o mundo, em caráter oficial, ao ser adicionada à *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde* (CID), em sua 6ª revisão no ano de 1948 (CARNEIRO, 2015), sob classificação 320 - personalidade patológica.

Por outro lado, o processo de despatologização da homossexualidade se deu às custas de muitos embates, protagonizados principalmente por ativistas homossexuais de diversas partes do mundo, em resposta às classificações do CID. Posteriormente, em sua 8ª revisão, no ano de 1965, a homossexualidade passou de uma condição de personalidade patológica para a categoria de desvio e transtornos sexuais — mudança que, contudo, não alterou, de fato, seu caráter de anormalidade. A revolta de Stonewall nos Estados Unidos é considerada um dos marcos do movimento LGBT naquele país e repercutiu na luta por direitos LGBT em todo o mundo. No Brasil, a luta pela despatologização da homossexualidade começou a ser organizada após o declínio do período do regime militar, com a primeira onda do movimento homossexual e da criação do grupo Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, em 1978 (CARNEIRO, 2015). Porém, o percurso para a dissolução do pensamento social patologizante tem sido árduo e está longe de ser total. Foi relativamente recente, em 1973, há pouco mais de 50 anos, que a homossexualidade deixou de compor o DSM, e, em 1990, foi retirada da décima versão do CID. No Brasil, alguns anos antes, mais exatamente em 1985, o Conselho

Federal de Medicina (CFM) resolveu alterar seu diagnóstico, passando a homossexualidade de desvio e transtorno, para outras circunstâncias psicossociais (TONIETTE, 2006).

Esse longo período de enquadramento da homossexualidade como desvio, doença ou aberração precisa ser compreendido como uma forma de dominação da colonialidade, por meio do saber-poder, onde o poder colonial é mantido por meio do controle das relações intersubjetivas. A própria autoridade da ciência, neste contexto, atua como extensão de um projeto de dominação moral e epistemológica herdado do Ocidente cristão-colonial. A medicalização da homossexualidade nada mais é do que a continuidade do controle religioso — agora com roupagem técnica — que transforma o corpo dissidente em objeto de intervenção, correção e silenciamento.

Por parte da psicologia, somente em 1999 é que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) estabeleceu uma resolução que regulamenta a atuação do psicólogo diante de questões relativas à orientação sexual, sendo uma marco da psicologia na despatologização da homossexualidade, visto que esta resolução normatiza a atuação dos psicólogos para que estes não a exerçam em favor da discriminação e do preconceito, nem participem de eventos que compactuem com uma visão patologizante de práticas homoeróticas, dentre outros direcionamentos (CFP, 1999). Contudo, pode-se dizer que essa despatologização foi parcial, pois, embora tenha sido retirada dos compêndios psiquiátricos, não houve a promoção de debates sociais mais amplos sobre essa retirada. Tais debates, quando ocorrem, acabaram por se restringir ao meio acadêmico e aos movimentos sociais da população LGBT.

Observamos que ainda no século XXI, as sexualidades permanecem sob forte jurisdição da religião, para a qual aquilo que desvia da norma heterossexual é condenado e interpretado como anormal (RODRIGUES, 2018). Rodrigues ratifica que, enquanto as questões voltadas à sexualidade permanecerem sob a lógica biologicista da reprodução, do sexo genital e do corpo, a visão religiosa sobre a homossexualidade permanecerá. A autora ressalta que é necessário ampliar a visão reducionista que incide sobre a sexualidade humana, compreendendo os diversos contextos nos quais se engendra, sem reduzi-la ao contexto da prática sexual reprodutiva. Ratificamos ainda que instituições como a igreja e o Estado não apenas marginalizaram a homossexualidade, mas moldaram profundamente os formatos de relacionamento, impondo um regime afetivo binário e reduzindo a sexualidade à reprodução, que se perpetua mesmo após a aparente descriminalização da sodomia.

Trajetória dos relacionamentos homossexuais masculinos na história do Brasil

A trajetória da homossexualidade no Brasil tem registros que datam desde a chegada dos colonizadores. Na reconstituição desta trajetória, alguns períodos na história do Brasil são de difícil acesso no que se refere ao tema da homossexualidade masculina, especialmente os anteriores a 1870 (GREEN; POLITO, 2006). Apesar de a literatura apontar para a existência de práticas homossexuais desde a colonização do Brasil, neste trabalho não investigamos a precisão de seu surgimento, porém, sinalizamos sua existência. Do mesmo modo, os registros que datam do período colonial restringem-se, em sua maioria, aos processos inquisitoriais. Dado o caráter moralista e pecaminoso que o poder clerical impunha aos atos homossexuais, esses registros são problemáticos para a reconstrução da trajetória da homossexualidade no Brasil (MOTT, 1986). Entretanto, não pretendemos aqui reconstruir de forma minuciosa e cronológica tal percurso, mas destacar momentos pontuais que as literaturas científica, histórica e social nos apontam como referência para pensar e compreender aspectos relevantes e constituintes da vivência da homossexualidade e dos relacionamentos homossexuais no país.

Quando os colonizadores chegaram ao Brasil, as mesmas regras civis e morais cristãs vigentes em Portugal foram empregadas aos que aqui habitavam, dentre elas, a criminalização da sodomia, entendida como todo e qualquer ato – anal ou oral – que desperdiçasse a *semente masculina* da procriação. Tal entendimento era aplicado tanto às práticas heterossexuais quanto homossexuais, sob pena que não prescrevia (TREVISAN, 2000). Isto é, com a perspectiva de imoralidade e de não-naturalidade herdada desta raiz cristã, no Brasil perseguiu-se e condenou-se a homossexualidade sob as justificativas pró-natalistas de crescimento demográfico e de ameaça à hegemonia da família patriarcal.

São apontadas por Mott (2001) algumas características essenciais que, arraigadas na cultura e na história dos colonos portugueses, contribuíram para a perseguição das práticas da homossexualidade no Brasil. Essa cultura e história têm suas aproximações com o percurso bíblico abraâmico, alaistrado pelo Ocidente desde a ascensão das religiões judaico-cristãs. Mott (2000) cita que especialmente na Bahia, foi identificada a presença de homossexuais precedentes à chegada dos colonizadores. Nas tribos tupinambás, por exemplo, as práticas homossexuais ocorriam, mas não eram recriminadas entre os nativos (VAINFAS, 2011). Além disso, é reconhecida a existência de homens que eram adeptos do relacionamento entre si em outras sociedades e tribos no mundo todo (LOMANDO; WAGNER, 2009). Não obstante, há relatos de homossexuais indígenas popularmente conhecidos no Brasil, a exemplo de Luís de

Ilhéus, adepto do *ato nefando da sodomia* e dos sodomitas portugueses degredados. Nos períodos da Inquisição, foi registrada em todos os estratos sociais a realização de práticas sodomitas (MOTT, 2001; TREVISAN, 2018).

Como foi apontado, as práticas de sodomia – junto de outros pecados e crimes diversos – foram investigadas pelos tribunais da Santa Inquisição, os quais inquiriam de forma detalhada a vida dos que aqui habitavam e, conseqüentemente, poderia levar à fogueira aquele cuja prática sodomita fosse revelada (MOTT, 1986; TREVISAN, 2018). A Inquisição no Brasil se deu de forma semelhante à da Idade Média, quando a confissão foi um regulador das questões voltadas à sexualidade. As investigações dos pecados sexuais cometidos no período colonial também funcionaram como propulsoras discursivas do discurso sobre o sexo. Era obrigatório que todos – índios, escravos e colonos portugueses – descrevessem detalhadamente suas práticas sexuais (PRETES; VIANNA, 2008). A confissão, segundo Foucault (2014) foi um dispositivo, uma forma de produzir verdades sobre a sexualidade, principalmente no Ocidente, sustentada pelas religiões cristãs.

De acordo com Trevisan (2018), a prática da sodomia foi configurada como crime até 1823, não somente por meio da Inquisição, mas também por meio das Ordenações Filipinas, uma das instituições responsáveis por degredar pessoas ao exílio no Brasil. Apesar de, no século XIX, alguns países da Europa terem descriminalizado a sodomia, as práticas homossexuais continuariam a sofrer perseguição. Essa permanência revela como a matriz colonial brasileira manteve intactos os pilares do projeto moral europeu, mesmo após reformas legais formais. A sexualidade que não servia à lógica da reprodução e da moral cristã continuou sendo invisibilizada, reprimida ou transformada em objeto de escárnio, o que demonstra a profundidade e longevidade da colonização não apenas territorial, mas também simbólica e afetiva.

No Brasil do século XIX, em meados da década de 1880, a homossexualidade passou a ser considerada além de pecaminosa, também como doença. Pessoas que tivessem uma performance diferente da considerada natural à época eram rechaçadas. Aos homossexuais homens, eram fixadas a passividade e a prostituição como características sobressalentes (DEL PRIORE, 2006). É o período que Foucault (2014) sinaliza como sendo o da apropriação da ciência sobre os corpos.

No Brasil império, a partir do novo código criminal de 1830, as práticas de sodomia deixaram de configurar crime, porém passaram a se enquadrar em outros atos criminalizáveis

para a época, como o de ofensa à moral e aos bons costumes e de atentado ao pudor, de forma que as pessoas que praticassem atos sodomitas responderiam à sociedade tanto no âmbito legal quanto religioso. A polícia aliava-se à moralidade da época e assumia a responsabilidade pela preservação dessa moral na sociedade brasileira (GREEN, 2012; PRETES; VIANNA, 2008; SANTOS, 2013; TREVISAN, 2018). Desta forma, apesar de descriminalizado o ato da sodomia, os relacionamentos homossexuais ainda estavam longe de serem tolerados socialmente.

Segundo Del Priore (2006), os rituais de namoro entre os homossexuais, entre os séculos XVII e XVIII no Brasil, se davam da mesma forma que entre os heterossexuais. Havia troca de presentes e cartas de amor, convites para ir até os bananais – lugares no meio da mata onde era comum se manter relações sexuais às escondidas da sociedade – e até mesmo algo que seria equivalente a andar abraçados ombro a ombro (DEL PRIORE, 2006). O diferencial é que neste período as práticas homossexuais eram condenadas, correndo o risco de caírem na Inquisição. Apesar disto, havia os mais ousados, que escancararam seu interesse por outro homem diante de todos (DEL PRIORE, 2006). Esses espaços alternativos, clandestinos e por vezes improvisados, como os bananais, os becos ou os banheiros públicos, configuram o que podemos chamar de territórios de resistência afetiva. A necessidade de esconder-se para viver o amor entre homens é mais um indicativo de como o legado colonial continuou operando na gestão dos corpos e dos afetos, reproduzindo um regime de invisibilidade compulsória.

Recuperar informações sobre os relacionamentos amorosos homossexuais é uma tarefa difícil que envolve riscos, uma vez que as ideias e perspectivas sobre a própria vida e o mundo se modificaram ao longo da história e os registros a respeito são escassos e advêm em grande escala da Inquisição e de processos movidos pelo Estado (DEL PRIORE, 2006; MOTT, 1986). Del Priore (2006) destaca que os modos de se relacionar de nossos antepassados são diferentes daqueles de hoje, devendo-se ter o cuidado de não buscarmos encaixar nossas perspectivas contemporâneas nas épocas pregressas, ao fazer o resgate dessas vivências dos relacionamentos amorosos. Resgatar os relacionamentos homossexuais ao longo do tempo é seguir rastros deixados na escassez dos documentos, lamentar os registros perdidos na oralidade e demarcar que muitos sequer chegaram a ter seu conhecimento público. Em concordância à raridade dos escritos sobre o amor homossexual ao longo da história do Brasil, Mott (2003) marca que ainda é raro que homossexuais escrevam suas

próprias histórias de amor e, em especial em primeira pessoa, demarcando a vivência do sentimento que é comum a todos, motivo de orgulho e de reconhecimento social: o amor.

Nesse sentido, Green e Polito (2006) atentam para o fato de que as produções sobre a homossexualidade masculina ao longo da história do Brasil não foram escritas pelos próprios homossexuais, mas por aqueles que tinham autoridade e produziam conhecimento sobre esse grupo populacional, a exemplo do poder clerical (MOTT, 1986). E mais, os alvos das produções e investigações sobre o fenômeno da homossexualidade foram os homens pobres e moradores das periferias, enquanto os homossexuais da classe média passavam longe da brutalidade policial e das instituições científicas. Tal fato é muito significativo quando nos deparamos com a raridade de descrições nas publicações acadêmicas dos relacionamentos amorosos entre homens, mesmo depois de 1870.

Tendo em vista as produções científicas e os registros policiais que versavam sobre o caráter de criminalidade e de doença que marcaram os homens homossexuais ao longo de toda história do Brasil, os relatos sobre os relacionamentos homossexuais seriam mais bem descritos a partir das obras de literatura, as quais eram constantemente censuradas pelo seu caráter devasso (GREEN; POLITO, 2006). Como exemplo desse caráter devasso, Green e Polito (2006) nos apresentam um trecho do conto “O menino do Gouveia”, de Capadócio Maluco, publicado em 1914 e considerado a primeira publicação homoerótica pornográfica do Brasil:

Estendido junto a mim na cama suspirava do *chateau*, depois de ter sido enrabado duas vezes, tendo na mão macia e profissional a minha respeitável porra, em que fazia umas carícias aperitivas, o menino do Gouveia, isto é, o Bemem, contou-me pitorescamente a sua história com todos os não-me-bulas de sua voz suave de puto matriculado [...] (MALUCO, 1914, *apud* GREEN; POLITO, 2006, p. 38).

Este trecho nos direciona ao fenômeno da prostituição, que muito caracterizou a população de homens homossexuais ao longo da história do Brasil, sendo um dos motivos pelos quais eram criminalizados os atos sodomitas, e ao caráter considerado devasso, termo que era utilizado para descrever os relacionamentos entre homens, mesmo sendo raros tais relatos. A visão estritamente pejorativa sobre a homossexualidade começou a ser modificada quando surgiram as publicações jornalísticas, sendo que algumas delas foram redigidas por pessoas homossexuais (GREEN; POLITO, 2006). Como exemplos, podemos citar o jornal *Snob* que circulou entre 1963 e 1969 e foi considerado o primeiro jornal homossexual do Brasil e o jornal *O Lâmpião da Esquina* que circulou entre 1978 e 1981. Enquanto o primeiro

foi marcado por um colonismo social, o segundo voltou-se a uma discussão dos direitos das minorias, especialmente da população homossexual (LIMA, 2001).

Os registros científico-acadêmicos e a literatura romancista dos séculos XIX e XX, são largamente destacados e marcados por algumas obras, como por exemplo, respectivamente, “A história da sexualidade”, em seus três volumes e o romance “Bom-crioulo” (1895), de Adolfo Caminha, que retrata um envolvimento homossexual no final do século XIX. Mesmo que não visto com bons olhos, encontravam-se na literatura algumas descrições de romances cuja principal característica era a proibição das práticas homossexuais, coroadas com seu final trágico de impossibilidades (DEL PRIORE, 2006).

A partir de Del Priore (2006) e da leitura da autora sobre os relacionamentos homossexuais no decorrer dos séculos XIX e XX, compreendemos que o romance “Bom-crioulo” é uma demarcação da vivência do que a autora qualificou como amor trágico e impossível entre homens. O trágico e o impossível, nesse contexto, não são meras características literárias, mas o reflexo direto de uma ordem social moldada pela lógica colonial. Essa lógica restringe os afetos homoeróticos ao campo da exceção, do escândalo ou da punição. O fim trágico dessas narrativas espelha o destino reservado aos que desafiam a matriz heterossexual imposta pelo modelo civilizatório da colonialidade. Estas características dos relacionamentos homossexuais são expressas no desfecho da história, em que, após ter vivenciado um amor livre com Amaro (o bom-crioulo), Aleixo o deixa para ficar com Carolina e, por conseguinte, cheio de ciúmes, Amaro mata seu amado Aleixo. Para Del Priore (2006), com base na tradição da época, é possível entender que ambos são vítimas do amor trágico, traído e impossível. A autora nos evidencia que durante o século XX, até pelo menos os anos 1960, as relações entre pessoas do mesmo sexo ainda eram vividas às sombras. Sob o conhecimento médico e religioso, pessoas com orientação homossexual eram submetidas a tratamentos os mais variados, causando-lhes sofrimento e demandando que literalmente se escondessem para que não fossem isolados nos hospícios psiquiátricos, por exemplo, um dos métodos de tratamento à época.

Em meados do século XX, era comum que homossexuais migrassem de suas cidades para cidades grandes, não só pela busca de emprego, mas também em fuga da pressão social e familiar e em busca de liberdade de ser (DEL PRIORE, 2006). Entretanto, esta liberdade tinha local para acontecer. James Green (2000) e Mary Del Priore (2006) nos indicam alguns dos lugares frequentados por jovens homossexuais em sua vida noturna por volta da década de

1940. No Rio de Janeiro, um trecho de Copacabana. Em São Paulo, Paribar e Barba-Azul são os bares mencionados. Estes, segundo os autores, eram lugares frequentados pelos mais diversos públicos e apontados como ambientes sem preconceitos. Aos homossexuais, o cinema Art-Palácio e os banheiros nos largos do Arouche e Paiçandu, em São Paulo, por exemplo, eram alguns dos locais destinados a encontros furtivos, longe dos olhares da sociedade.

Apesar de identificados como locais sem preconceitos, onde travestis e homossexuais circulavam livremente, as manifestações de carinho, afeto, amor ou mesmo fechoação – termo utilizado para designar o envolvimento sexual –, eram coibidas (DEL PRIORE, 2006). Apesar disso, foi expressiva a apropriação de pessoas LGBT destes nichos específicos do espaço urbano (GREEN, 2000). Esta apropriação teve função nos modos de se relacionar de homens *gays*. Mesmo que estes espaços fossem reconhecidos e direcionados ao público LGBT, não se podia ter contato afetivo a céu aberto. Era necessário esconder-se.

Predominantemente para homens *gays*, era necessário frequentar esses espaços públicos para encontrar alguém com quem se relacionar. As possibilidades se davam nas pensões e bordéis onde eles poderiam levar seus parceiros casuais (GATTI, 2000). Independente de qual característica/performatividade do mundo homossexual o homem apresentasse, todos aqueles que tinham práticas homoeróticas compreendiam o *mapa moral* das cidades: onde encontrar outros homens, onde ter relações sexuais, como se portar nesses locais, bem como as regras que regiam suas relações eróticas e sexuais (FRY, 2000).

Em artigo publicado por Rios (2008), encontra-se o quanto os centros urbanos ainda no início do século XXI, se mantinham como espaços utilizados por alguns homens para os relacionamentos homossexuais, especialmente para aqueles cuja sexualidade e orientação sexual ainda estão permeadas por questionamentos. No trabalho de Rios e nas articulações das falas de seus participantes, é possível compreender que os relacionamentos homossexuais entre estes homens que frequentam os centros urbanos se davam em forma de um jogo de olhares entrecruzados, pois, de modo discreto, seria por meio da fixação dos olhares que se reconheceria o interesse de outro homem. Essa associação entre os centros urbanos e as buscas e práticas de envolvimento sexual têm correlação com a questão dos relacionamentos homossexuais que não eram, e ainda não são plenamente aceitos, exigindo, ao longo dos anos, uma luta constante por reconhecimento e visibilidade social.

O movimento anarquista no século XX, por exemplo, e a bandeira do amor livre por ele levantada, poderia ter sido identificado como um movimento em prol da liberdade de todos, inclusive da população LGBT, haja vista que tal movimento reclamava a favor da liberdade do amor e das reconfigurações amorosas por meio dos divórcios, levantando críticas às relações monogâmicas tão valoradas, dentre outros. Por esse ângulo, poderia se pressupor, a partir dessas informações, que as relações homossexuais teriam tido esse movimento a seu favor, entretanto, a requisição do amor livre era voltada à Igreja e ao Estado que ainda insistiam em controlar o relacionamento entre homem e mulher. Uma das lutas dos anarquistas era a de que homens e mulheres pudessem demonstrar suas emoções livremente, porém, ainda sem alusão aos homossexuais (DEL PRIORE, 2006).

É somente a partir da segunda metade da década de 1970 que os então nomeados enrustidos começaram a ter atuação política e a falar de seus amores (DEL PRIORE, 2006). No sentido dos movimentos e das articulações em prol da visibilidade e da afirmação dos laços homossexuais, os jornais “O Snob” e “O Lampião da Esquina”, anteriormente citados, tiveram grande contribuição para a discussão social e política da homossexualidade. Dentre eles, “O Lampião” foi o que ganhou mais notoriedade. Criado no período da ditadura militar, foi um veículo de informação crítico, pluralista e partidário, que deu voz aos *gays* e às mulheres, dentre outras minorias (FERREIRA, 2010).

Na segunda metade da década de 1970, diante do início de um cenário de abertura política e com o desenvolvimento da primeira onda do movimento homossexual no Brasil, o grupo Somos em parceria com outros grupos organizados, deram início à campanha pela despatologização da homossexualidade (CARNEIRO, 2015; FACCHINI, 2003). Além do Somos, foi criado o Grupo Gay da Bahia (GGB) com amplo destaque no cenário do movimento homossexual brasileiro. O GGB surgiu na década de 1980, no início da chamada segunda onda do movimento homossexual brasileiro. Tanto este, quanto o grupo Somos, tiveram vasta articulação e contribuição no cenário político da luta por direitos dos homossexuais (FACCHINI, 2003).

Todavia, sobre os movimentos homossexuais, cabe um adendo: o que conhecemos hoje, como movimento LGBT teve sua origem como movimento homossexual e, ao longo da sua trajetória, foi incorporando novos arranjos em sua composição e por conseguinte na sigla que representa o movimento. Nesse percurso, tivemos as denominações de: movimento homossexual, movimento de lésbicas e *gays*, movimento *gays*, lésbicas e simpatizantes

(GLS), movimento lésbicas, *gays*, bissexuais e transgêneros (LGBT), até chegar em suas configurações mais atuais, tal como LGBT ou LGBTI+, LGBTQI, LGBTQIA+ e LGBTQIAPN+, apontando para a variedade de possibilidades de identidades e orientações sexuais na atualidade.

Apesar da diversidade de olhares e de perspectivas que incidiram sobre a homossexualidade no Brasil, acreditamos que, a partir da emergência dos movimentos homossexuais, ocorreram mudanças significativas não antes vistas no país quando o assunto é a homossexualidade. Acontecimentos como as ondas do movimento, a promulgação da constituição e com ela seu artigo que versou sobre a proibição da discriminação por origem, raça, sexo, cor e idade, o posterior projeto de lei que objetivava a regulamentação da união homossexual, o aumento da oferta de bens e serviços voltados especificamente para esse público, as paradas do orgulho LGBT, dentre outros eventos que datam da década de 1990, são considerados rearticulações sociais importantes e que contribuíram para, gradualmente, a maior inserção social dessa população (RAMOS; CARRARA, 2006).

A influência da heteronormatividade em relacionamentos homossexuais na história do Brasil

Muitas das características da homossexualidade identificadas nos períodos históricos aqui tratados são também características presentes nos relacionamentos homossexuais da atualidade: a submissão do homem sexualmente passivo e uma performance mais máscula do homem sexualmente ativo são, por exemplo, reproduções do padrão heteronormativo vigente. Tais características atribuídas às homossexualidades são suscetíveis a questionamentos, uma vez que muitas vezes são utilizadas de forma generalizada. Essa heteronormatividade, caracterizada por uma rigidez de papéis considerados dicotomicamente masculinos e femininos nas relações heterossexuais, também foi reproduzida nas relações homossexuais, de modo que o papel feminino e masculino a ser desempenhado nas relações homossexuais seria o considerado normal (DEL PRIORE, 2006). A reprodução da heteronormatividade nesse percurso histórico incidiu na subjugação da homossexualidade e dos comportamentos considerados desviantes.

Green (2000) identificou que no início do século XX a formação de relacionamentos homossexuais se dava de forma a reproduzir o padrão heterossexual. Essa reprodução de papéis de gênero nas relações entre homens homossexuais não pode ser vista apenas como um

reflexo da cultura vigente, mas sim como parte da interiorização do modelo de gênero imposto pelo projeto colonial moderno. A heteronormatividade, nesse contexto, opera como uma forma de colonialidade do ser, reorganizando afetos e performances de gênero a partir de uma lógica binária, hierárquica e eurocentrada.

Pautado na discussão de Geni Núñez (2023), entendemos, de forma similar ao que pontuou Pires (2024) sobre a monogamia ser um projeto civilizatório desde a era colonial brasileira, que a heteronormatividade também se apresenta como uma norma civilizatória e regulatória imposta a todas as pessoas não heterossexuais. Nesse sentido, podemos dizer que a homossexualidade foi instituída como uma forma colonizadora dos afetos homossexuais. A imposição da heteronormatividade pode ser compreendida como um dos dispositivos mais eficazes da colonialidade, pois opera não apenas na exclusão do outro, mas na normatização da subjetividade de quem se desvia do modelo hegemônico.

Apesar de a homossexualidade durante o século XX ter sido alvo de atribuições sociais pejorativas, as configurações dos relacionamentos homossexuais que se adequassem aos papéis de gênero expressos nas relações heterossexuais foram tendo melhor aceitabilidade social. Essa aceitabilidade não necessariamente é vista como favorável, na medida em que o enquadramento da homossexualidade nos padrões heteronormativos oculta a diversidade sexual existente. Nesse resgate da historicidade da homossexualidade, identifica-se que ao homossexual másculo atribuía-se o papel ativo na relação, e ao homossexual efeminado, a passividade, de modo que tais atribuições corroboraram o enaltecimento do papel masculino – ativo – e a degradação do papel feminino passivo nos relacionamentos homossexuais. Aqueles que desempenhavam o papel ativo eram tidos como os homens verdadeiros, portadores da sexualidade normativa, enquanto que aos passivos, submissos e efeminados, restava o status pejorativo de *bicha* (FRY; MACRAE, 1986; RIOS, 2008). Os papéis desempenhados pelos ditos homens verdadeiros e pelas bichas seriam condizentes com o modelo advindo da relação heterossexual e heteronormativa.

As características de efeminado ou másculo influenciaram os relacionamentos homossexuais como formas relevantes de validação da relação. Identifica-se, nesses casos, um preconceito interno da comunidade homossexual, que reproduzia um padrão de performatividade em função da validação social dos papéis que eram desempenhados em seus relacionamentos. Aquilo que fugia do padrão heterossexual, ou seja, do papel masculino e feminino na relação, acabou sendo motivo de censura. A passividade sexual – vinculada ao

papel da mulher – é uma questão relacionada à dominação do gênero masculino nos relacionamentos tanto hetero quanto homossexuais. Isso evidencia, na homossexualidade, que a suposta inferioridade de homens *gays* estaria também vinculada ao papel de gênero exercido pela mulher ao longo de nossa história.

Segundo Vainfas (2011), a função passiva – definida como característica da mulher –, ao ser incorporada pelos homens homossexuais foi representada como um abrir mão da ideia de superioridade masculina e da própria honra, fazendo-se motivo de escárnio. Sendo assim, a posição de passividade foi socialmente alvo de maior crítica do que a própria homossexualidade. Por sua vez, a passividade nas relações homossexuais parece não só suscetível de inferioridade, mas um tanto ameaçadora à supremacia da masculinidade. Em decorrência dessa valorização excessiva do homossexual másculo nas relações homossexuais em detrimento do homem efeminado – reprodutor de padrão do que se identifica culturalmente como feminino – nota-se que, mais do que uma questão de orientação sexual, o problema diz respeito ao modo como as mulheres são compreendidas socialmente. O que se desvaloriza é, portanto, a mulher, e tudo a que a ela se assemelha se torna o centro da desvalorização, configurando um processo que se constitui para além de uma reprodução da heteronormatividade nas relações homossexuais, mas que se caracteriza, em seu cerne como uma questão de gênero, de misoginia.

A literatura aponta, ao longo da história do Brasil, o desejo de homens declaradamente homossexuais efeminados por homens ditos de verdade, másculos, casados com mulheres e com filhos (GREEN, 2000). É passível de observação que, nestas relações de desejo, há uma valorização de uma forma específica de masculinidade, o homem que é mais homem é o alvo das bichas justamente por conta desta representação (DEL PRIORE, 2006). Esta busca do homem mais másculo, aliada à depreciação da feminilidade na própria cultura *gay*, é um traço homofóbico, à medida que menospreza a existência e expressão de homossexuais efeminados, e misógino, visto que subestima a performance feminina.

A sexualidade masculina e, conseqüentemente, os relacionamentos homossexuais, podem apresentar características contraditórias e conflitantes, assim como nomenclaturas distintas quando são comparadas regiões e momentos históricos diferentes. Isso foi exposto por Fry (1982) em uma pesquisa realizada em Belém-PA, onde o autor constatou uma dicotomia entre ativo *versus* passivo, homem *versus* bicha. Ao iniciar sua pesquisa, Fry relata que foi preciso repensar os conceitos que, para ele, definiam o homossexual ou mesmo a homossexualidade.

Tais conceitos tinham representações sociais diferentes na periferia de Belém daqueles que ele conheceu a partir de experiências em capitais do Sudeste e dos ideais europeus.

No contexto pesquisado por Fry (1982), homens que mantinham relações sexuais com outros homens preservavam sua posição de másculos no meio social à medida que assumiam a posição de ativos nas relações. Por outro lado, às bichas, passivas, restava a posição de desviante, uma vez que a norma vigente se fundamentava na regra de que as relações sexuais-afetivas deveriam ser mantidas entre pessoas com diferentes papéis de gênero. Desse modo, o considerado incorreto ou disruptivo, dentro do cenário homossexual, não era necessariamente dois homens se relacionando, mas casais que mantivessem a mesma performance de gênero: homem e homem ou bicha e bicha. Portanto, os relacionamentos que poderiam ser considerados corretos seriam aqueles que reproduzissem os papéis de gênero comum à relação heterossexual (FRY, 1982). Inclusive, a bicha passiva e efeminada descrita por Fry pode também invisibilizar existências como de uma mulher trans, por exemplo, especialmente por considerarmos que a transexualidade até hoje ainda é rejeitada e ocultada socialmente.

Embora alvo de críticas, o pensamento de Fry (1982) contribuiu para a compreensão de uma estaticidade vigente sobre a compreensão das sexualidades, na qual a compreensão europeia sobre o homossexual masculino foi generalizada. Fry utilizou em seus trabalhos a representação do *gay* europeu enquanto a cultura identitária possível para a sexualidade homossexual na conjuntura brasileira, excluindo outras formas de subjetividades homossexual, a exemplo da bicha, como critica e argumenta Zamboni (2018). Para este último a “bicha não se constitui como em uma identidade reconhecível para as lutas da diversidade sexual” (p. 2) quando se tem a cultura *gay* como representante das formações identitárias homossexuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos debruçarmos sobre essa variedade de configurações nos relacionamentos homossexuais, conseqüentemente nos remetemos às relações heterossexuais, na medida em que os primeiros se estruturam mantendo papéis que seriam caracteristicamente masculinos e femininos. Ainda hoje, passados anos e com muitos direitos alcançados, é possível perceber que entre homens homossexuais ainda há uma supervalorização da masculinidade atrelada à virilidade. Isso se mostra, por exemplo, em homens que fazem sexo com outros homens, mas

mantêm relacionamentos heterossexuais a fim de preservar seu papel social de homens masculinizados, viris, ativos.

Destarte, com o avanço do movimento homossexual brasileiro por volta da década de 1970, não apenas os direitos passaram a ser discutidos, mas também as reproduções da cultura heteronormativa pela população homossexual e seus reflexos nos modos como ela se relaciona. Conforme Fanon (2020), o processo colonial atua não apenas sobre os corpos, mas também sobre a existência. Essa dinâmica se reflete nas vivências afetivas homoeróticas, nas quais o desejo é frequentemente colonizado por normas heteronormativas e eurocentradas. Como resultado, muitos homens homossexuais performam masculinidades que encobrem ou negam a si mesmos, mesmo que isso implique reprimir seus afetos.

O percurso histórico traçado neste trabalho evidencia que os relacionamentos homossexuais masculinos no Brasil não foram apenas silenciados e marginalizados, mas moldados relações coloniais de ser, saber e poder. A imposição de uma moral sexual cristã, a criminalização das práticas não reprodutivas e a patologização das homossexualidades revelam um processo contínuo de controle e domesticação dos corpos dissidentes. Tais condicionamentos, por mais que sejam tencionados pelos movimentos políticos e sociais, não desapareceram: permanecem operando contemporaneamente, sobretudo por meio da valorização da masculinidade hegemônica e da invisibilização das expressões homoafetivas dissidentes, que não se enquadram no modelo heteronormativo.

Assim, ao trilhar o caminho de visibilizar os processos histórico-culturais e seus projetos colonizadores dos afetos, e como incidem sobre as existências e as relações afetivo-sexuais não apenas de homossexuais, mas de todos/as/es, este artigo busca refletir sobre uma lacuna na bibliografia atual, assim como propõe uma leitura crítica que contesta a naturalização de modelos afetivos e sexuais herdados do colonialismo. A descolonização do amor, nesse sentido, torna-se uma urgência política e acadêmica.

Além disso, é relevante que se mantenha um olhar crítico também sobre a produção referente à homossexualidade nos diversos períodos da história. Por mais que o conhecimento científico tenha avançado e contribuído para desmistificar a homossexualidade, alguns registros, não apenas documentos mais antigos que versam sobre a homossexualidade ao longo da história, têm conotação bastante pejorativa. Tais registros manifestam um forte caráter colonizador, o que pode nos levar a reproduzir um modelo de homossexualidade que se encontra em disputa na contemporaneidade e que está em constante transformação.

Mesmo com o aumento do debate acerca da homossexualidade, percebemos que tem se formado uma lacuna nesta temática: o debate sobre a afetividade e o amor que possa superar o reconhecimento exclusivo das relações homossexuais apenas pelo viés jurídico e que também escape da lógica cisheterossexual e da supervalorização do masculino.

Nesse sentido, torna-se fundamental ampliar os estudos sobre a relação entre homossexualidade masculina e misoginia, especialmente no que se refere à reprodução, dentro da própria comunidade gay, de valores coloniais que exaltam a masculinidade viril em detrimento de expressões de feminilidade. Além disso, é urgente fomentar pesquisas que abordem o afeto como categoria analítica central não apenas como um subproduto da identidade ou da sexualidade, mas que incluam relatos em primeira pessoa, narrativas orais e experiências contemporâneas não normativas.

Como referido por alguns autores supracitados, resgatar os relacionamentos amorosos e especialmente os homossexuais é um trabalho árduo e tal dificuldade foi sentida no processo de construção deste trabalho. Não se encontram com facilidade descrições de relacionamentos e romances entre homossexuais, de modo que reconhecemos necessária a realização de mais pesquisas no âmbito da vivência do afeto e do amor a partir da experiência dos próprios homossexuais – e não mais de um olhar externo e colonizador de sexualidades alheias.

Cabe também à produção científica romper com a lógica que silencia, marginaliza ou universaliza, abrindo espaço para vozes, corpos e amores que foram sistematicamente interditados.

Ademais, como realizamos recortes na história, alguns períodos merecem ser mais investigados por conta da repercussão histórica que apresentam, a exemplo da discussão sobre a homossexualidade no Brasil a partir da década de 1970, que pode – e deve – ser mais aprofundada, na medida em que, a partir deste período, houve maior articulação da população LGBT no país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**. Disque 100 registra aumento de mais 300% em denúncias contra pessoas LGBTQIA+ nos primeiros cinco meses de 2023. 2023a. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/disque-100-registra-aumento-de-mais-300-em-denuncias-contr-pessoas-lgbtqia-nos-primeiros-cinco-meses-de-2023>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *Número de casamentos entre pessoas do mesmo sexo cresceu 149% em nove anos, aponta ObservaDH*. 2023b. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/numero-de-casamentos-entre-pessoas-do-mesmo-sexo-cresceu-149-em-nove-anos-aponta-observadh>. Acesso em: 26 mar. 2025.

CARNEIRO, A. J. S. A morte da clínica: movimento homossexual e luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990). **XXVIII Simpósio Nacional de História**, p. 1-15, 2015. Disponível em:

<<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/34-snh28?start=20>>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 001/99**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 1999. Disponível em:

<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf>

CORINO, L. C. P. Homoerotismo na Grécia Antiga – homossexualidade e bissexualidade, mitos e verdades. **Biblos**, n. 19, p. 19-24, 2006. Disponível em:

<<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/249>>

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

ESTEVES, A. M.; AZEVEDO, K. T.; FROHWEIN, F. **Homoerotismo na antiguidade clássica**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

FACCHINI, R. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, n. 10, v. 18/19, p. 81-125, 2003. Disponível em:

<<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2510>>

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ebu editora, 2020.

FERREIRA, C. Imprensa homossexual: surge o Lamião da Esquina. **Revista Alterjor**, n. 1, v. 1, p. 1–13, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88195>>

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FRY, P. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: Fry, Peter (Org.). **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar editores, p. 87-115, 1982.

FRY, P.; MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. 5 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

GATTI, J. Mais amor e mais tesão: história da homossexualidade no Brasil - Entrevista James Green. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 149-166, 2000. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11932/11198>>

NÚÑEZ, G. **Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

GREEN, J. **Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2000.

GREEN, J. N. Homossexualidades e a história: recuperando e entendendo o passado. **Gênero**, v. 12, n. 2, p. 65-76, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/download/31151/18241>>

GREEN, J.; POLITO, R. **Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Condição no domicílio - Cônjuge ou companheiro(a) de mesmo sexo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3496#resultado>>

LIMA, M. A. A. Breve histórico da imprensa homossexual no Brasil. **Revista Cronos**, n. 3, p. 21-30, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/lima-marcus-assis-IMPRESA-HOMOSSEXUAL-BRASIL.pdf>>

LOMANDO, E.; WAGNER, A. Reflexões sobre termos e conceitos das relações entre pessoas do mesmo sexo. **Revista Sociais & Humanas**, n. 22 - 2, p. 1-18, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/1184/699>>

MOREIRA FILHO, F. C.; MADRID, D. M. A Homossexualidade e a sua história. **Etic - Encontro de Iniciação Científica**, n. 4, v. 4, p. 1-8, 2008. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/1646>>

MOTT, L. Escravidão e homossexualidade. In: Vainfas, R. (Org.). **História e sexualidade no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, p. 19-40, 1986.

MOTT, L. Sodomia na Bahia: O amor que não ousava dizer o nome. **Revista Inquice**, n. 0, p. 1-9, 2000. Disponível em: <<http://www.inquice.ufba.br/00mott.html>>

MOTT, L. **Crônicas de um gay assumido**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

MOTT, L. A Revolução Homossexual: o poder de um mito. **Revista USP**, n. 49, p. 40-59, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i49p40-59>>

PIRES, R. R. O corpo e o afeto ainda são heterossexuais? **Revista Tapuia**, v. 2, n. 4, 2024. Disponível em: <<https://revistatapuia.com.br/ojs/index.php/revista/article/view/71>>

PRETES, É. A.; VIANNA, T. História da criminalização da homossexualidade no Brasil : da sodomia ao homossexualismo. In: Lobato, W.; Sabino, C.; Abreu, J. F. (Org.). **Iniciação científica: destaques 2007**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, v. 1, p. 313-392, 2008. Disponível em: <<https://vetustup.files.wordpress.com/2013/05/historia-da-criminalizacao-da-homossexualidade-no-brasil-da-sodomia-ao-homossexualismo-tc3balio-l-vianna.pdf>>

RAMOS, S.; CARRARA, S. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 16, n. 2, p. 185-205, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312006000200004>>

RIOS, L. F. Corpos e prazeres nos circuitos de homosociabilidade masculina do Centro do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. 2, p. 465-475, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000200022>>

RODRIGUES, S. G. F. Igreja católica romana e a homossexualidade: visão da moral sexual católica a partir da análise de documentos oficiais. **Sacrilegens**, n. 15, v.1, p. 124-140, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.34019/2237-6151.2018.v15.27067>>

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X Revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, n. 20, v. 2, p. 5-6, jun. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>>

SANTOS, D. K. As produções discursivas sobre a homossexualidade e a construção da homofobia: problematizações necessárias à psicologia. **Rev. EPOS**, v. 4, n.1, p. 1-25, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2013000100007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>

SILVA, I. P. Gênero e sexualidade a partir de grupos étnicos subalternizados: possibilidades para o ensino de ciências. **ODEERE**, v. 9, n. 1, p. 34-49, 2024. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9894469>>

TONIETTE, M. A. Um breve olhar histórico sobre a homossexualidade. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 17, n. 1, p. 41-52, 2006. Disponível em: <<http://pessoal.educacional.com.br/up/4660001/9842654/Revista%20Brasileira%20de%20Sexualidade%20Humana%20-%20volume%2017.pdf#page=37>>

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

VAINFAS, R. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Campos, 2011.

ZAMBONI, J. A bicha na emergência da homossexualidade cultural: Peter Fry e o que o inglês não viu. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, e178463, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30178463>>